

# ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

## COMPROMISSO

# Governo federal promete reformular a Lei Kandir

Proposta da União é achar equação que reduza as perdas dos governos estaduais

CLODOALDO SILVA  
BRASÍLIA

O governo federal está realizando estudos para reformular a Lei Kandir de forma a assegurar a redução das perdas dos estados com o ICMS sobre produtos agropecuários exportados. Nos últimos 11 anos, Mato Grosso do Sul perdeu R\$ 6 bilhões, segundo dados do governo estadual.

O compromisso foi feito ontem, em almoço do governador Reinaldo Azambuja com o presidente da República, Michel Temer, em Brasília.

“O governo federal está estudando uma alternativa para garantir o ressarcimento dos Estados e diminuir as perdas com a Lei Kandir. A proposta da União é achar uma equação que atenda os estados e remetê-la ao Congresso Nacional, como determinou o Supremo. Uma das propostas é permitir que os estados cobrem ICMS dos produtos, mas não esta definida uma alíquota e se realmente este será o caminho. Mas que vão mudar e reduzir as perdas para os estados, isso é certo, esse foi o compromisso do presidente Michel Temer”

Segundo o governador, des-



ENCONTRO. Reinaldo Azambuja almoçou com o presidente Michel Temer nesta terça-feira

de a edição da Lei Complementar nº 87, conhecida com a Lei Kandir, que entrou em vigor em setembro de 1996, Mato Grosso do Sul acumula perdas de receita com ICMS de R\$ 6 bilhões.

Reinaldo Azambuja reforçou que até agora os estados exportadores só receberam recursos do FEX (Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações), mas em montantes que não compen-

sam integralmente as perdas.

“Eu disse ao presidente Temer que o fundo alivia, mas está longe de ressarcir as perdas reais. Só Mato Grosso do Sul deixou de arrecadar R\$ 6 bilhões”, disse o governador. “Nosso esforço para ajudar o Brasil a manter superavit na balança comercial brasileira tem sido infrutífero para Mato Grosso do Sul”.

No almoço com Temer, Reinaldo Azambuja também fez

a interlocução em nome de outros estados, lembrando que apesar de o governo federal ter se comprometido em compensar as perdas, desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso, “as regras para esta compensação não ficaram tão claras e o que ocorre é que o governo apenas estabelece valores parciais para compensação”, afirmou Reinaldo Azambuja.

O último reembolso, de

apenas 5% das operações externas por período ocorreu em outubro do ano passado. É um tratamento injusto para o esforço exportador de estados e municípios para a economia brasileira, segundo Reinaldo Azambuja. O débito acumulado pelo FEX nos últimos 7 meses soma R\$ 80 milhões.

**REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS** Também o presidente assumiu o compromisso de acelerar o processo de repactuação das dívidas dos estados e municípios com o BNDES, aprovada pelo Senado e regulamentada na última quinta-feira (29/06) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No caso específico de Mato Grosso do Sul, a Resolução vale apenas para duas linhas que têm parcelas mensais de amortização de R\$ 5 milhões. Reinaldo Azambuja pediu a inclusão de todos os contratos de MS, que representam despesa mensal de R\$ 15 milhões para o Estado. Com a repactuação, o Estado começará a pagar daqui a cinco anos.

A Resolução aprovada pelo Senado permite o alongamento da dívida por um período de 10 anos, com o BNDES, e 20 anos, se a dívida tiver a anu-

## 6 bi

**DE REAIS**  
Este foi o prejuízo do governo do Estado com a Lei Kandir nos últimos 11 anos

ência da União. Pela Resolução aprovada pelo Senado e regulamentada pelo CMN, a repactuação não abrange apenas as dívidas dos estados com o BNDES, mas também todas as operações de crédito com origem em recursos do banco e operadas por outras instituições públicas, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O CMN também aprovou a unificação dos limites globais de recursos que os entes públicos – estados e municípios – podem pegar emprestado nos bancos. A partir de 2018, o limite passará a ser estabelecido anualmente, com um sublimite para operações com garantia da União – cobertura do Tesouro Nacional em caso de inadimplência. “O Conselho Monetário Nacional ficou de decidir todas as regras do alongamento da dívida na última reunião, o que não aconteceu. Hoje, o presidente afirmou que se for necessário vai propor uma convocação extraordinária do Conselho Monetário para viabilizar o alongamento da dívida e novas linhas de crédito, principalmente as que garantam investimentos no setor rodoviário”, enfatizou o governador.

## FINANCIAMENTO

# Em seis meses, FCO contrata R\$ 1,5 bilhão

DA REDAÇÃO

No primeiro semestre deste ano, foram aprovados R\$ 1,534 bilhão em projetos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para Mato Grosso do Sul, por meio do Conselho Estadual de Investimentos Financeiros pelo FCO (CEIF-FCO). O montante corresponde a 65% dos R\$ 2,3 bilhões disponíveis para Mato Grosso do Sul durante todo o ano de 2017 para projetos rurais e empresariais.

Do total aprovado pelo CEIF, R\$ 709,8 milhões já foram efetivamente contratados junto às instituições financeiras como o Banco do Brasil e BRDE – sendo R\$ 404,4 milhões do setor rural e R\$ 305,4 milhões do setor empresarial. Além da boa notícia nas contratações do FCO, as taxas de juros da linha Rural do Fundo também recuaram e caíram um ponto percentual, em média, atendendo à solicitação feita pelo governador Reinaldo Azambuja ao governo federal.

De acordo com os dados da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), o volume de contratações do FCO feitas entre janeiro e junho de 2017 é 136% superior ao montante contratado no mesmo período do ano passado – R\$ 709,8 milhões neste ano, frente a R\$ 300 milhões em 2016.

Além do valor já contratado efetivamente nas mãos de empresários e produtores rurais, outros R\$ 824,5 milhões – sendo R\$ 447,9 milhões em projetos rurais e R\$ 376,6 empresariais – estão em fase de análise no banco, em fase de contratação, aguardando carta-consulta, projeto em elaboração ou com pendências do cliente.

## JUROS

De acordo com decisão divulgada nesta terça-feira (4) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), os percentuais do FCO Rural recuaram de 8,5% a 13,25% (vigentes até 30 de junho de 2017) para 6,7% a 12,25%. Da forma como estavam, as taxas não tinham competitividade frente a outras linhas disponíveis no mercado, como o Plano Safra 2017/2018. O secretário lembrou que a redução poderia ser mais agressiva para dar mais competitividade ao Fundo. “mas tivemos um recuo exorbitante na linha que trata de ‘operações florestais destinadas a projetos de conservação e recuperação de áreas’, que caiu de 9,5% para 6,7%. Agora vamos defender no Condel a antecipação da revisão nos percentuais para o setor empresarial. Ela geralmente ocorre em dezembro, mas nosso pleito é para que ela ocorra em outubro ou mesmo antes”, finalizou.

## ESTADO

# Vendas de veículos voltam a cair em MS

JONES MÁRIO

As vendas de veículos novos em Mato Grosso do Sul caíram 7,12% no último mês, quando comparadas com os números de maio – acima do índice nacional, de -3%. Em junho, 4.123 unidades saíram das concessionárias no Estado, enquanto no mês anterior foram 4.439. As informações são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

A queda foi impulsionada pela baixa saída de veículos pesados, responsáveis por uma variação negativa de 28,19%. No caso dos ônibus, foram vendidos, em junho, 20

unidades no Estado – 57,45% a menos que em maio, que registrou a comercialização de 47 novos carros.

Já a venda de automóveis leves despencou 15,02% de um mês para o outro. Em junho, foram emplacados 594 veículos, ao passo que, em maio, o número chegou a 699.

Mesmo a negociação de novas motocicletas mostram tendência negativa, com variação de -13,23% entre maio e junho. O segmento também é o único com redução de vendas no acumulado do ano em Mato Grosso do Sul. A queda é de 21,40% no comparativo com o mesmo período de 2016.

Por causa da retração nas



RETRAÇÃO. Venda de veículos leves recuou 15,02% em junho

motos, as vendas totais até junho caíram 4,42% em relação ao primeiro semestre de 2016 – 22.925 unidades este ano,

contra 23.986 no anterior. No cenário nacional, os emplacamentos despencaram 5,48% em 2017.

## LDO

# Câmara aprova Orçamento de 2018 em segunda votação

A Câmara de Vereadores aprovou, ontem, em segunda votação o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de Campo Grande para (LDO) 2018. A primeira votação havia sido realizada na quinta-feira passada. Na ocasião, das 97 emendas apresentadas pelos vereadores, 43 foram incorporadas ao texto final. A peça prevê arrecadação de R\$ 3,455 bilhões em 2018, que representa uma queda de 3,46% em relação aos R\$ 3,563 bilhões previstos para 2017. A projeção deve-se, principalmente, à queda nos repasses dos governos

estadual e federal: FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e Fundeb, por exemplo, foram reduzidos, ou subiram abaixo da inflação. A proposta encaminhada pelo Executivo prevê a aplicação de 25% da receita resultante de impostos em educação, 1% para cultura e outros 15% para saúde. A proposta segue agora para sanção do prefeito Marcos Trad.

## RECEITA FEDERAL

# No Estado, 25 mil pessoas incidem na malha fina

Aproximadamente 25 mil declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) de contribuintes de Mato Grosso do Sul incidiram na malha fina. Em nota, a Delegacia da Receita Federal de Campo Grande orientou os contribuintes que mantenham a guarda dos documentos que comprovem as deduções declaradas e que confirmem se foram informados todos os rendimentos recebidos. “Aqueles contribuintes que identificarem erros podem retificar sua declaração podendo sair da malha

automaticamente”. O volume é superior ao registrado no ano passado, quando 23,5 mil contribuintes do Estado foram pegos na malha fina. Ao todo, 392,7 mil contribuintes declararam o imposto de renda neste ano em Mato Grosso do Sul. A receita informou ainda que as declarações entregues em 2017 estarão em processamento durante o ano e serão liberadas conforme os lotes de restituição. A possibilidade de antecipação de atendimento da malha só iniciará em janeiro de 2018.